



RESILIÊNCIA E RECUPERAÇÃO

Oportunidade única de elevação proporcional do Cinema e Audiovisual nacional ao plano da Produção e Negócios das nações da União Europeia

- Criação e fruição artísticas são a vida dos sentidos

Coesão Identitária

Reconhecemo-nos como povo de uma nação há 841 anos, desde a bula Manifestis Probatum, emitida pelo papa Alexandre III em 23 de Maio de 1179. Somos hoje uma nação com este património coesivo porque, desde então, nos temos identificado como uma comunidade que, no mesmo espaço territorial, integra, em lugar de excluir, as suas diferenças regionais numa grande convergência de interesses e forma de pensar e agir, reconhecendo-se numa matriz cultural identitária.

Esta coesão identitária revela-se, também, na criação e produção de Cinema e Audiovisual, emergindo, ainda que de forma tímida e insuficiente, na pluralidade de estilos e tendências estéticas da produção portuguesa. Na verdade, e comparativamente com a intervenção jurídica e resultados do conjunto das nações da União Europeia, apercebemo-nos de que a expressão desta nossa matriz identitária resulta do esforço, quase exclusivo, dos cineastas portugueses e não da intervenção devida do Estado português, vendo-nos, por isso, afastados de parcerias e de espaços económicos da UE, impedidos que estamos de competir, conceptualmente e na área dos negócios, com as produções e acção dos outros países.

Desde sempre, e nos últimos 46 anos também, continuou a faltar ao Estado uma estratégia que permita e incentive um olhar profundo e esclarecido sobre a memória e o permanente enriquecimento da nossa identidade, que é a forja das interpretações artísticas que servem de alerta e inspiração para a nossa sociedade.

Propomos, por isso, que a memória e a expressão artística de quem fomos, somos e queremos ser, se torne, de vez e sem mais hesitações, um desígnio do Estado neste particular enquadramento do Programa de Recuperação e Resiliência, olhando-se com particular atenção a mais influente das artes contemporâneas - a produção de cinema para o Grande-Ecrã e a produção audiovisual – telefilmes, séries e documentários de criação - como o potencial que ela, de facto, tem e que até hoje - e ao inverso dos outros países da UE - não foi nunca cumprido em Portugal.

a.r.c.a.realizadores@gmail.com

+351919312170



Enquadramento Político

De acordo com a **Agenda Europeia para a Cultura de 2007**, os responsáveis políticos e profissionais acordaram formas de utilizar os projectos de arte participativos para promover a compreensão, capacitar os indivíduos e aumentar a autoestima.

Com base num inquérito do Eurobarómetro de 2017, a cultura está no topo da lista dos factores com maiores probabilidades de criar um sentimento de comunidade, na medida em que a participação cultural reúne as pessoas. A cultura é considerada o meio ideal para superar as barreiras linguísticas, sociais e culturais, capacitando os cidadãos e facilitando a coesão social.

Com a Comunicação Conjunta de 2017 «Rumo a uma estratégia da UE para as relações culturais internacionais», a UE estabeleceu uma estrutura de cooperação cultural com os países parceiros, o que está completamente em linha com a Convenção da UNESCO de 2005 sobre a proteção e a promoção da diversidade de expressões culturais de que a UE e os Estados-Membros são partes.

Na conferência “Uma Esperança para a Europa! Cultura, Cidades e Novas Narrativas”, que decorreu em Bruxelas, **a Comissão Europeia, o Comité Económico e Social e o Parlamento Europeu** defenderam um maior papel da cultura e dos produtores de cultura na construção do ideal europeu, afirmando, mesmo, que é através das artes que se pode “construir um novo sonho europeu”.

A cultura dá um significado aos indivíduos. A cultura, a civilização e a arte estão ligadas e em permanente evolução. E a cultura é também um instrumento político”, diz Luca Jahier, presidente **do Grupo dos Interesses Diversos do Comité Económico e Social Europeu**, que representa as organizações não-governamentais neste órgão da União Europeia.

Isabel Capelo Gil, professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e vice-reitora da Universidade Católica Portuguesa, lembra que Jean Monnet — um dos pais fundadores da União Europeia —, terá dito que, olhando para o projeto europeu, teria começado não pela economia, mas pela cultura, ilustrando assim a importância que esta assume na construção da Europa. *“A cultura não é uma entidade abstrata e não serve como um «fait divers» para a política dos Estados. O dinamismo dos nossos criadores é um marco e isso, aliado à nossa herança patrimonial, faz com que sejamos o maior centro cultural do mundo”,* afirma a, também, investigadora ao Observador.

“A cultura é uma ferramenta poderosa para construir pontes entre as pessoas e proporciona uma compreensão mútua. Pode ser também um motor para a economia e para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo que encontramos desafios comuns, a cultura



pode ajudar-nos a lutar contra a radicalização e a promover uma aliança de civilizações contra aqueles que nos querem dividir”, argumentou a italiana Federica Mogherini, Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Na proposta da Nova Agenda para a Cultura (2018) a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu defendem que, para aumentar a participação, é necessária uma maior circulação das redes europeias de obras de arte e de profissionais dos sectores europeus da cultura e criatividade.

Reconhecem que a cultura vem assumindo um papel estratégico, cada vez mais determinante como indutor de competitividade dos território e instrumento de afirmação internacional das comunidades e defende que a cooperação e a internacionalização dos projetos culturais são fundamentais para garantir uma dimensão adequada a permitir alcançar resultados mais sólidos e duradouros e, nesse contexto, a “visibilidade” que proporcione um maior impacto dos projetos requer escalas de actuação que ultrapassem os âmbitos locais.

Rt HON Terry Davis, Secretário-Geral do CONSELHO DA EUROPA, afirmou que *“O diálogo intercultural é uma necessidade dos nossos dias. Num mundo crescentemente diverso e inseguro, necessitamos de dialogar ultrapassando as fracturas étnicas, religiosas, linguísticas e nacionais, a fim de assegurar a coesão social e prevenir conflitos”*.

O Conselho da Europa (in LIVRO BRANCO DO CONSELHO DA EUROPA SOBRE O DIÁLOGO INTERCULTURAL) *“considera que o respeito e a promoção da diversidade cultural, com base nos valores que constituem o fundamento da Organização, são condições essenciais para o desenvolvimento de sociedades assentes na solidariedade. (...) As actividades culturais facilitam a descoberta de expressões culturais diversas (...) As artes perpassam fronteiras, estabelecem conexões e falam directamente às emoções das pessoas. Os cidadãos criativos que participam em actividades culturais criam novos espaços e novas possibilidades de diálogo.”*

Economia da Cultura

Em 2006, o Banco Mundial (BM) publicava dados sobre a Economia da Cultura que, desde então até hoje, não só despertaram a atenção de vários países para a questão, como alavancaram decisões na legislação de muitos deles, com consequências notáveis que mais ainda reforçaram o crescimento do sector. É um processo que se iniciou após a Segunda guerra Mundial e que, na última década do século passado, adquiriu uma dimensão notável, com crescimento sustentado que, em 2006, correspondia a 7,0% do



PIB mundial, a 7,7% do PIB dos EUA e a 8,2% do PIB do Reino Unido; 4,0% do emprego total nos EUA, 6.4% do emprego na Inglaterra e 3,1% da população activa na Europa. Nesse ano, os bens culturais constituíam a principal exportação dos EUA. E afirmava ainda o BM que a Economia da Cultura já então era o sector de maior dinamismo da economia mundial, tendo registado nos primeiros anos da década de 90 do século passado uma taxa de crescimento de 6,3% ao ano, quando o conjunto da economia crescia à taxa de 5,7%.

Foram estes dados, cruzados com a eminente necessidade de diversidade da expressão artística e das disciplinas da Cultura, que levaram os países a legislar no sentido da sustentação e incremento daquelas, com o objectivo estratégico de atrair e alargar audiências e criar novos públicos.

Não foi isto que, até hoje, e apesar dos dados eloquentes apurados, aconteceu no nosso País; pelo contrário, temos vindo a divergir crescentemente da legislação e resultados de outros países, alguns de menos dimensão e capacidade, nomeadamente mas não só dos da União Europeia.

Reformar para incluir

T. S. Eliot considerou a polissemia do termo, e conceptualizou a proposição «cultura enquanto desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou da sociedade como um todo” - formação ou educação; identidade de um grupo ou civilização; conjunto dos produtos do tríptico Artes/Humanidades/Ciência.

É o olhar sobre esta polissemia e a visão sobre a criação deste desenvolvimento destinado a todos que, se ponderadamente estruturado, poderá e deverá, não só reforçar consistentemente a diversidade da criação e produção - em lugar de, como até hoje, a fechar, excluindo valores e talentos de que não podemos continuar a prescindir - como criar e formar novos públicos que, eles sim, e não só os autores que o souberem respeitar -, sejam respeitados e adquiram voz sobre as obras que lhes são apresentadas.

PROPOSTAS/MEDIDAS

“Entre as Agendas/Alianças Mobilizadoras de Investimento e Inovação, a produção cultural e as indústrias criativas constam como áreas estratégicas que integram um programa de investimento em criatividade e inovação, com a dotação de 558 milhões de euros”

António Costa in Público de 21.02.2021



Propomos, por isso, que, na oportunidade criada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o Estado traga para a produção de Cinema e Audiovisual as condições semelhantes e proporcionais às outras nações da UE, que nos permitam dar corpo às potencialidades demonstradas pelas Produtoras, criadores e artistas - mas que nunca tiveram condições para influenciarem o mercado da produção e exibição/difusão nacional e internacional -, mediante a execução das seguintes medidas:

1. Empresas Produtoras

Quadro específico de investimento directo para a resiliência empresarial, transição digital e climática

- **Reforço da resiliência empresarial;**
- **Requalificação dos meios digitais e de comunicações**
- **Dotação ou requalificação de espaços para oficinas/formação/apuramento nas novas tecnologias do Cinema e Audiovisual e de criadores e artistas**
- **Requalificação de Equipamento Digital**
- **Equipamento de Comunicações**
- **Requalificação de frotas para a transição energética**

2. RTP

- **Reforço orçamental para a RTP (com os seus 15 canais), com incidência no investimento em Cinema e no Audiovisual - Longas, Curtas, Documentários e Animação**
- **Criar um novo olhar sobre o papel da RTP na sociedade, nos planos nacional e internacional - com particular atenção à coesão das Comunidades e relação com os PALOP; recordamos que até a sociedade liberal e de mercado dos EUA teve a preocupação e iniciativa de intervir no sector - com a actualização de então do disposto legal sectorial para a Rádio e Televisão Públicas, pela mão de Lyndon Johnson, que em 1965 criou um conjunto de medidas inscrito na História como parte do *Great Society*, dando à Rádio e Televisão Públicas – mesmo que residuais - o papel de grande alavanca da criação, produção e exposição das artes performativas, com particular incidência na produção de Cinema e Audiovisual;**

3. Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA)



- **Reforço orçamental para a Produção e Internacionalização;**
- **Revisão dos modelos, critérios e valores dos concursos, que devem ser complementares aos investimentos já garantidos pelo mercado, e não “totalitários”, como são desde 1974, inspirados no modelo marcelista de controlo antecipado dos projectos.**

4. Cinemateca, ANIM.

- **Financiamento significativo da Cinemateca Portuguesa/ANIM - através do Orçamento do Estado -, que tem um papel fulcral, não só na relação das obras cinematográficas com os públicos mas, sobretudo, na recuperação e preservação do acervo da criação e produção cinematográfica nacional.**

O Cinema e o Audiovisual, e o seu impacto sobre os que o vêem e consomem – forma cidadãos e une sociedades -, torna evidente a urgência de perceber a necessidade de medidas que, por fim, permitam à diversidade de talentos e capacidades técnicas nacionais emergirem vigorosamente, de forma a cumprirem o seu papel perante a hegemonia brutal de praticamente uma única estética e conceito – as dos EUA -, que formam mentes e criam sonhos em que longe de nos desafiarem, pela sua presença desproporcionada, antes nos desvirtuam e desenraízam culturalmente no nosso próprio país.

Justifica-se, e é urgente, que no âmbito deste Plano se possa investir, significativa e alinhadamente com os restantes países da União Europeia, na criação e Produção Cinematográfica e Audiovisual, que terá, como se torna evidente, impactos de grande relevância na projecção internacional do País, contribuindo para a atracção de investimento estrangeiro mas também para a criação exponencial de emprego, injeção directa e sub-directa na economia e contribuição para a Receita do Estado; e, não menos importante, criando dimensão aos produtores que lhes permita ser menos dependentes das decisões do Estado, gerar parcerias, e aumentar a sua sustentação.

ARCA 22.02.2021